

6

TRABALHO INFORMAL E REPRESENTAÇÃO SINDICAL*

Isabel Georges

O tradicional sindicalismo corporativo brasileiro, ligado ao emprego formal e industrial, também é afetado pela globalização da estrutura produtiva, pelas transformações recentes do mercado de trabalho, pelo crescimento da atividade feminina e das atividades informais, pela diversificação das situações de emprego e pela recorrência do desemprego. Além disso, a legitimidade de seus antigos critérios de representatividade é questionada. As políticas neoliberais de internacionalização da concorrência e a abertura dos mercados, o aumento do peso das empresas multinacionais e a generalização da terceirização conduziram a uma diversificação da representação coletiva e à redução dos direitos sociais. A instalação do trabalho informal no centro da nova economia¹ faz com que seja necessário rever a questão da articulação entre as diferentes formas de atividade e de representação dos trabalhadores em via de diversificação. Elas estariam oferecendo novas possibilidades de ação ou, ao contrário, enfraquecendo o movimento sindical tradicional? Quais são seus efeitos sobre as relações de trabalho e o campo da regulação? Estariam afetando o sentido da atividade militante dos representantes? E qual é a relação entre atividade militante e formas de representação?

Para tentar responder a essas questões, privilegiaremos neste artigo a análise das trajetórias dos próprios militantes, em vez de uma abordagem

* Tradução de Fernando Ferrone.

¹ Ver, entre outros, Alejandro Portes, Manuel Castells e Lauren A. Benton, *The Informal Economy...*, cit.; Jacob Carlos Lima e Maria José B. Soares, "Trabalho flexível e o novo informal", *Caderno do CRH*, n. 37, 2002, p. 163-78.

mais clássica, institucional². Consideramos a atividade militante uma atividade econômica e social como qualquer outra, semelhante ao “trabalho” dos trabalhadores da economia informal que esses sindicalistas supostamente representam. Em plena transformação, essas atividades sociais, políticas e econômicas ainda pouco definidas constituem-se em ramo profissional: as pessoas criam suas próprias atividades. Os atores são múltiplos e podem acumular diversos tipos de atividade. Nessa perspectiva, o sentido atribuído pelos atores à sua atividade encontra-se no centro de uma compreensão das transformações mais gerais das formas de representação coletiva e de sua legitimidade. No entanto, essas lógicas de ação mais individuais e coletivas estão inseridas em seus contextos nacionais e regionais precedentes. Com efeito, inspirando-nos na abordagem adotada por Antoine Bevort e Annette Jobert em seu recente balanço da evolução das relações profissionais na França, consideramos que “a maneira como os países se inserem na nova ‘grande transformação’ [termo com que Karl Polanyi se refere à globalização] coloca [...] em evidência seu caráter progressivo e a persistência dos modelos nacionais ou regionais”³. De modo mais concreto, partimos do pressuposto de que a relativa indeterminação da regulação coletiva nesse universo do trabalho pouco formalizado deve-se a um conjunto de evoluções, como a conjuntura atual da globalização da produção e das trocas, às políticas neoliberais e de desregulamentação do Estado e à preexistência de estruturas hierárquicas e relações paternalistas e clientelís-

² As pesquisas de campo foram realizadas pela autora na região metropolitana de São Paulo desde 2001; em todas foram utilizados diversos tipos de fontes e abordagens (entrevistas biográficas, observações, documentos administrativos e arquivos). A pesquisa sobre o setor de *telemarketing* (2002) foi realizada em sete empresas e agências de emprego (bancos, empresas terceirizadas do setor de telecomunicações, pequena empresa terceirizada de fim de linha do setor bancário, agências de emprego temporário, cooperativas, agência de emprego sindical para-estatal, ONG), com o auxílio de uma bolsa de pós-doutorado da Fapesp, no Cebrap; a pesquisa sobre o comércio informal, ainda em andamento, foi realizada com Robert Cabanes e Carlos Freire da Silva (2008; ver capítulo 2); as entrevistas com as trabalhadoras domésticas foram realizadas entre 2006 e 2009, no sindicato em São Paulo e em Piracicaba, numa associação de bairro em Guaiunases e em domicílio.

³ Antoine Bevort e Annette Jobert, *Sociologie du travail: les relations professionnelles* (Paris, Armand Collin, 2008), p. 10.

tas. Essa indeterminação deu lugar a outras formas de regulação, em parte híbridas, situadas “entre o ilegal, o informal e o ilícito”⁴.

Assim, propomos discutir aqui a questão das formas de articulação dos sindicatos e dos militantes com seus “filiados” e os poderes públicos a partir de uma comparação entre as formas de representação emergentes e as formas mais antigas na região metropolitana de São Paulo. A comparação de três tipos de atividades (*telemarketing*, comércio ambulante e emprego doméstico) e de figuras da representação sindical nos permitirá mostrar as particularidades de cada caso e tem como objetivo destacar algumas relações mais gerais da representação coletiva no universo do trabalho informal e, de maneira mais geral, do sentido das transformações atuais. Para dar conta dessa diversidade, apropriamo-nos das categorias de classificação de Richard Hyman de diferentes formas de sindicalismo e suas funções sociais: “um sindicalismo de classe, associado a um papel político de luta; um sindicalismo de mercado, cuja função econômica é negociar as condições de trabalho e emprego; um sindicalismo voltado para uma sociedade que assume um papel social de integração”⁵.

O setor do *telemarketing*

O setor do *telemarketing* (atividades de informação, assistência e comércio por telefone), predominantemente formal, está em contínua expansão. Em 2002, a população nacional de operadores de *telemarketing* era de 400 mil pessoas⁶. Em 2006, com uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 30%, chegou a 675 mil⁷. Em 2002, essa população era de cerca de 100 mil pessoas em São Paulo, concentração que se mantém (em 2006, 80% dos operadores se concentravam em São Paulo e no Rio de Janeiro). Por excelência, esse setor de atividade é fruto de um movimento de globali-

⁴ Vera da Silva Telles e Daniel V. Hirata “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”, *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, p. 173-91.

⁵ Citado por Élodie Béthoux e Annette Jobert, “Regards sur les relations professionnelles nord-américaines et européennes: évolutions et perspectives”, *Sociologie du Travail*, n. 46, 2004, p. 261-70.

⁶ Pesquisa anual da Associação Brasileira de Telemarketing.

⁷ Ver “Global Call Center Industry Project”, pesquisa encomendada pela Faculdade de Administração da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e pela Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) em 2006.

zação, isto é, a internacionalização e a financeirização de segmentos inteiros da economia, dominada por multinacionais que generalizaram a terceirização e provocaram uma deterioração sistemática das condições de trabalho e emprego em setores outrora estáveis e bem remunerados (sobretudo os setores bancário e de telecomunicações). Trata-se de uma população jovem (em 2002, 88% tinham entre 20 e 39 anos)⁸, feminina (em 2002, 69% eram mulheres⁹ e, em 2006, 76,8%¹⁰) e com níveis de qualificação formal relativamente elevados (74% possuíam ensino médio completo e 22%, ensino superior). A formação (cerca de um mês) é realizada em grande parte no local de trabalho¹¹. As empresas de terceirização são a principal forma de organização do trabalho, mas a demanda por trabalho temporário é considerável; a taxa de *turn-over* em certas empresas era de 3% ao mês. Grande parte dos atuais *call-centers* (76%) é fruto dos processos de privatização do fim dos anos 1990 e, em particular, da privatização do setor de telecomunicações em 1998 (assim como dos bancos)¹². Esse processo levou à generalização da terceirização das operações de base com o intuito de reduzir os custos¹³, isto é, reduzir os salários de 30% a 50%. Assim, em 2007, o piso salarial da categoria, definido pela convenção coletiva do único sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing – Sintratel) era de aproximadamente 560 reais para os operadores não comissionados e 510 reais para os comissionados, prática corrente sobretudo no setor bancário, no qual se encontram os melhores salários¹⁴. Com efeito, as condições de trabalho (e de salário) podem variar muito de um ramo para outro, de um *call-center* para

⁸ Ver pesquisa da Sintratel (2002) sobre seis grandes empresas de *telemarketing* de São Paulo.

⁹ Ver pesquisa da Sintratel (2002).

¹⁰ Ver “Global Call Center Industry Project”, cit.

¹¹ *Idem*.

¹² *Idem*. Os setores de telecomunicações e bancário, em parte serviços públicos, eram conhecidos no passado pela estabilidade, pelo alto nível salarial, pela possibilidade de carreira profissional e combatividade dos sindicatos (sobretudo no setor bancário). Ver Liliana R. P. Segnini, *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero* (São Paulo, Edusp, 1998); Selma B. Venco, *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega* (Campinas, Unicamp, 2003).

¹³ Operações correntes, como as transferências, foram automatizadas em grande parte e podem ser realizadas em terminais automáticos, pelo telefone ou pela internet; por outro lado, atividades de venda e investimento são principalmente realizadas por telefone.

¹⁴ Na mesma época, o salário médio era de aproximadamente 900 reais.

outro e mesmo de um produto para outro (no caso da venda de produtos bancários, por exemplo). Embora se trate de um trabalho predominantemente formal, é comum empregar a mão de obra durante o tempo de treinamento no local de trabalho e renovar (ou não) o contrato em função da capacidade de adaptação ao ritmo de trabalho (o intenso atendimento de chamadas). O tempo médio de serviço é um ano e meio numa mesma empresa e quatro anos no mesmo setor¹⁵. No setor do *telemarketing*, a “informalidade” do trabalho é pouco aparente: utilização abundante de terceirizados, trabalho temporário, “falsas” cooperativas de trabalhadores e declaração parcial dos salários¹⁶. Os problemas de representação coletiva estão ligados sobretudo à novidade dessa categoria profissional, que busca se definir e ainda luta para ser reconhecida pelas autoridades públicas (em especial, o Ministério do Trabalho e Emprego), e à alta taxa de *turn-over*.

Em 2002, somente 16 mil dos 100 mil assalariados desse setor no Estado de São Paulo eram sindicalizados e contribuía para o Sintratel. Esse sindicato “único” dos trabalhadores do *telemarketing* foi fundado em 1992 pelos empregados de um dos primeiros institutos de pesquisa de um grande jornal da cidade de São Paulo e é ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). No começo dos anos 2000, ainda não era reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que permitiu, por exemplo, que o sindicato dos assalariados do setor de telecomunicações reivindicasse a representação desses trabalhadores. A novidade dessa categoria socioprofissional é outro elemento que contribui para a fragilidade e também para a instabilidade de sua representação sindical. Assim, numa das empresas pesquisadas – uma empresa terceirizada que atuava majoritariamente no setor de telecomunicações –, a denominação dos empregados teve de mudar de “trabalhador de *telemarketing*” para “teleoperador” para que eles pudessem ser representados no setor de telecomunicações. A nova convenção coletiva foi negociada com um sindicato do setor de telecomunicações, o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sintetel), menos combativo que o sindicato único do setor de *telemarketing*. A prática, porém, foi rejeitada pelo Tribu-

¹⁵ Ver pesquisa da Sintratel (2002) sobre seis grandes empresas de *telemarketing* de São Paulo.

¹⁶ Isabel Georges, “Relations salariales et pratiques d’insertion: les centres d’appel au Brésil”, *Cahiers du Genre*, n. 41, 2006, p. 195-217; “Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do *telemarketing* no Brasil”, em Ricardo Antunes e Ruy Braga (orgs.), *Infoproletários*, cit.

nal Regional do Trabalho de São Paulo em 2007, fato que obrigou a direção da empresa a adotar a convenção coletiva do Sintratel. Mais recentemente, o sindicato fez um acordo com a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) e os poderes públicos para oferecer cursos de formação profissional.

Valmira (setor de *telemarketing*) insere sua participação no sindicato numa trajetória de luta e reconhecimento de seus direitos que parece vir de uma prática familiar (da irmã e do tio) de busca por melhores condições de vida, em particular por acesso à educação, em empregos subalternos no setor público. Sua trajetória não é orientada por um projeto em especial; e em sua atividade, que, ao contrário de outros, ela percorre a passos lentos, o trabalho sindical não incluiu a luta pela qualificação em seu programa. A atividade militante marca-a e distingue-a de seus colegas, atribuindo-lhe certa identidade profissional e social – coisa difícil de conseguir nesse universo flutuante.

Valmira, jovem parda, filiada e militante do Sintratel, nasceu em 1972 na periferia da zona sul de São Paulo (Cidade Dutra). Seu pai trabalhava na construção civil e sua mãe era empregada doméstica desde os vinte anos numa mesma casa de família de um bairro rico. Tem uma irmã mais velha que trabalha nos Correios, onde atualmente é delegada sindical. Aos dezesseis anos, Valmira começou a trabalhar com estudos de mercado, fez venda porta a porta e, em seguida, por telefone. Até os 18 anos (1990), trabalhou de dia e estudou à noite numa escola pública. Abandonou os estudos e trabalhou como garçonzete num café de um *shopping center*, dessa vez com carteira assinada. Em 1993, tornou-se vendedora numa perfumaria de outro *shopping* em horário noturno (das 14 às 22 horas), o que permitiu que seu salário triplicasse (ganhava aproximadamente 1.200 reais). Em 1996, pediu demissão, vítima de assédio sexual. Durante um período de desemprego de aproximadamente dois anos, ela e a mãe faziam bolos e pequenos pratos para vender na vizinhança. Trabalhou depois numa associação educativa de seu bairro (Fênix), fundada pelo tio, professor primário, como recepcionista e redatora do jornal da associação, ganhando um pequeno salário (250 reais). Por pressão do tio, fez o supletivo. Em 2000, aos 28 anos, entrou para o setor de *telemarketing* (venda de cartão de créditos por telefone), com um salário-base (um terço) mais comissões (1.200 reais). Filiou-se ao sindicato. Em 2002, vendia seguros de carteiras bancárias para outra empresa de terceirização do setor bancário e iniciou seus estudos superiores em pedagogia numa faculdade privada, iniciativa encorajada pela empresa em

que trabalha. Participou da luta sindical pelo reconhecimento da integralidade de seu salário (declaração do valor total no contracheque para obrigar o empregador a pagar a totalidade dos encargos sociais), o que fez com que a empresa reduzisse ligeiramente o salário.

O setor do comércio ambulante ou os diferentes modelos de representação do “mercado da proteção”

A atividade dos vendedores ambulantes (produtos eletrônicos, têxteis, brinquedos etc.) realizada no centro de São Paulo (assim como na periferia e em outras metrópoles)¹⁷ pode ser extremamente lucrativa, mas com frequência é ilegal e ocupa cerca de 200 mil pessoas, homens e mulheres de origens diversas (judeus, árabes, libaneses e, mais recentemente, chineses, coreanos¹⁸ e bolivianos¹⁹), segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (Sintein)²⁰. Segundo ele, o conjunto da “economia informal” (sobretudo do comércio informal) corresponderia a cerca de 6% do PIB nacional. Nesse setor de atividade, as formas de organização coletiva dificilmente escapam de duas opções extremas: ou “engrossar” o mercado de proteção e participar da organização hierárquica das redes de corrupção, ou praticar uma militância “arriscada” (com risco de morte). Ambas são organizadas por “sindicatos”.

A atividade dos camelôs apresenta formas extremamente diversas: venda às escondidas, numa banca própria ou alugada, a serviço de uma loja, em espaços cobertos (mercados fechados) ou em galerias mais controladas. Os ganhos também são variáveis, conforme a posição do vendedor na divisão de trabalho do comércio informal. Este depende em parte do *status* legal ou

¹⁷ Atividade exercida igualmente em vários lugares da periferia, mas nossos números se referem principalmente à situação no centro.

¹⁸ Origem étnica de uma parte dos encarregados do setor têxtil, além dos próprios bolivianos, sobretudo na produção (e distribuição).

¹⁹ Brasil e Bolívia têm um acordo oficial para a regulamentação da emigração clandestina para o território brasileiro de mão de obra que trabalha informalmente no setor têxtil (organizado por coreanos).

²⁰ Tratando-se de uma atividade não somente informal, mas também em parte ilegal (pelo estatuto da mão de obra imigrante, o tipo de mercadoria pirata ou falsificada e/ou o mercado da proteção que seu exercício implica), as estimativas da quantidade de pessoas que se dedicam a essa atividade é extremamente imprecisa; o mesmo ocorre com os números relativos à imigração clandestina.

ilegal do camelô no território nacional, de sua trajetória de imigrante²¹ e, mais em geral, de sua autonomia na divisão do trabalho (proprietário, simples locatário ou mesmo sublocatário de um ponto de venda legal ou ilegal)²². A articulação com os poderes públicos é complexa e muito variável, segundo a conjuntura política²³, mas muda pouco de natureza, já que o “mercado da proteção” é extremamente rentável²⁴. A corrupção que marcou em especial as gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta coincidiu com a abertura do mercado para a concorrência internacional (fim dos anos 1980 e, sobretudo, início dos anos 1990); foi limitada no começo dos anos 2000 pela chegada de Marta Suplicy, do PT, à prefeitura²⁵. Além da importância das cifras do negócio com a venda de produtos importados de forma ilegal (vindos principalmente de países asiáticos) ou de cópias de produtos de marca, a realização tanto legal quanto ilegal dessa atividade em muitos locais alimenta um “mercado de proteção” que condiciona o acesso à profissão e sua manutenção ao controle do espaço. O contorno desse mercado se delinea em função da definição dos territórios onde a atividade de comércio ambulante é tolerada pelos poderes públicos e aos quais o acesso é controlado de fato por esse mercado, mas ele se generalizou para o conjunto da atividade. A imbricação do legal e do ilegal é constitutiva dessa atividade; a intervenção dos diversos “sindicatos” que disputam entre si a representação da categoria insere-se nesse universo e revela um vasto espectro de lógicas férreas cujas diferenças serão evidenciadas aqui.

Além das numerosas galerias comerciais que vendem produtos importados ilegalmente e/ou cópias de marcas registradas, um dos espaços mais evidentes dessa atividade é a Feira da Madrugada, que começa no meio da

²¹ Problema complexo e delicado relativo ao comércio ilegal de mão de obra por “fileiras” profissionais e étnicas. Ver Carlos Freire da Silva, *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Depto. de Ciências Sociais da FFLCH, USP, 2008).

²² Mesmo locais legais estão sujeitos ao pagamento de uma “taxa” para evitar agressões.

²³ Em São Paulo, a conjuntura varia segundo o modo de gestão da prefeitura (e do prefeito): Paulo Maluf (1993-1996); Celso Pitta (1997-2000); Marta Suplicy (2001-2004); José Serra (2005-2006); Gilberto Kassab (2007-2009).

²⁴ Segundo informações fornecidas por membros do sindicato dos trabalhadores informais, localizado no centro de São Paulo, cada trecho de rua depende da “proteção” de um vereador, que recebe pela aprovação da atividade, isto é, pela “proteção”.

²⁵ Por outro lado, a chegada do PT ao poder não mudou em nada o modo de gestão clientelista; ao contrário, aumentou-o.

madrugada e se estende até a manhã²⁶. Trata-se de um mercado atacadista que faz a circulação de mercadorias (principalmente produtos têxteis) entre o Brasil e os países vizinhos, assim como em direção ao interior do país. Localizado num imenso terreno que pertence a uma companhia ferroviária e autorizado pelos poderes públicos, esse mercado abriga cerca de 7 mil estandes, alugados por contrato anual por um valor médio de 600 reais por mês, e dispõe de uma estrutura sofisticada (espaços cobertos e a céu aberto), assim como segurança privada. O espaço do mercado foi reservado pelo governo federal para a construção de um trem-bala que ligará São Paulo ao Rio de Janeiro; esse objetivo hipotético permite a renovação periódica (anual) e “provisória” da concessão.

Organizado de maneira mais informal, um dos “sindicatos” do setor do comércio ambulante, ligado a outra central sindical, especializou-se no mercado da proteção do comércio. Esse sindicato “representa” cerca de 3 mil pessoas, que pagam 40 reais por semana para poder exercer sua atividade.

Outro “sindicato”, ligado à confederação da indústria e do comércio, especializou-se na legalização da atividade por meio da locação das licenças legais de venda ambulante – atribuídas pelos poderes públicos às pessoas com deficiência. Essas licenças são alugadas por 600 reais por semana. Esse “sindicato” também é responsável pela gestão de outro grande espaço público de comércio legal e ilegal da capital: as calçadas da rua 25 de Março, conhecida por seus acertos de conta violentos²⁷.

Há também um “sindicato” ligado à CGT que alugava vagas num espaço de onde foi expulso²⁸ e especializou-se na atribuição de créditos aos membros da categoria (movimentando um capital de cerca de 800 mil reais, segundo um dos membros da nova central sindical).

O único sindicato que construiu um nome por meio da luta contra a ilegalidade e a corrupção (em especial dos poderes públicos) é o Sintein, associado à CUT. Alguns de seus descendentes parecem querer retomar a bandeira da luta²⁹.

²⁶ Existem duas outras feiras similares, uma “formalizada” e outra não.

²⁷ Podemos avançar a hipótese de que, a partir do momento que a palavra funciona como única garantia de um acordo, sua violação demanda sanções drásticas.

²⁸ Próximo à Câmara Municipal.

²⁹ No final dos anos 1990, esse sindicato se envolveu na luta contra a fraude e a corrupção do poder público e desempenhou um papel ativo na CPI que levou à renúncia de diversos deputados e senadores. Cerca de setenta pessoas perderam seus car-

Além desses sindicatos, existe uma multidão de associações de vendedores ambulantes na capital (aproximadamente 170), cada um com uma centena de vendedores, que se organizam para obter proteção de políticos em troca de apoio nas campanhas eleitorais.

Além do conhecimento dessas regras complexas de acesso e circulação na profissão, a atividade de comércio ambulante requer, por parte dos vendedores, uma extrema capacidade de adaptar os produtos às estações do ano, à moda (sobretudo na confecção) e às vezes a variações climáticas ao longo de um mesmo dia. Durante sua jornada, os vendedores ficam expostos às intempéries (nos espaços a céu aberto) e administram eles próprios as horas de trabalho e presença no local (em função da grande imprevisibilidade desse tipo de atividade ilegal).

Nesse caso específico, o papel dos sindicatos é extremamente complicado e ambíguo, já que eles não somente lutam pelo reconhecimento dessa categoria profissional e de seus direitos como trabalhadores, como também lidam de múltiplas maneiras com os diversos níveis de ilegalidade que perpassam essa atividade. Os sindicatos se diferenciam uns dos outros pelas formas como negociam suas posições no “mercado de proteção” a que os “direitos” dos trabalhadores – em geral mal definidos no nível jurídico – são subordinados e contribuem para a definição do que é legal, ilegal, formal, informal, justo ou injusto³⁰.

O Sintein, fundado em 1992 e filiado à CUT, localiza-se no centro de São Paulo. Sua direção é composta de 29 membros, dos quais 18 mulheres, e conta com 14 mil filiados (segundo informações do sindicato). Ocupa-se sobretudo dos trabalhadores informais da região, isto é, dos vendedores ambulantes, e tenta promover, sem muito êxito, alternativas econômicas de cunho cooperativo, essencialmente no setor de confecção (produção e comercialização), ou a locação coletiva de espaços de venda (*shoppings* populares). Atuou como matriz da luta contra a corrupção num contexto de disputa política nas eleições municipais, sobretudo no fim dos anos 1990, o que custou a vida de oito membros de sua direção³¹. Esse fato provocou a

gos e ainda hoje há processos na Justiça. Ver José Eduardo Cardozo, *A máfia das propinas: investigando a corrupção em São Paulo* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1996).

³⁰ Eduardo G. Noronha, “Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil”, XXV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2001.

³¹ Um dos sobreviventes esteve quase um ano num programa de proteção da ONU.

reorientação de sua trajetória política, mas ao mesmo tempo eventos ligados à conjuntura política (envolvimento no jogo político, eleição de Marta Suplicy) deram esperança ao novo presidente do sindicato de fazer frutificar as relações com a base do PT e promover uma renovação profissional. Em 2001, o sindicato se reorganizou (reeleição da direção) e atualmente realiza atividades sociais em cooperação e a partir de movimentos de ocupação das classes populares por acesso à moradia (cotização para obter financiamento para a compra de imóveis)³². Sem financiamento público ou parcerias e sem solidariedade intersindical, a busca permanente por formas de autofinanciamento convive com a luta por direitos fundamentais da categoria profissional dos vendedores ambulantes³³. O sindicato oferece assistência jurídica e negocia com os poderes públicos em casos de ações violentas das polícias civil e militar contra os vendedores ambulantes (na gestão do prefeito Gilberto Kassab). Ele se internacionalizou em 2004, quando se associou a uma ONG internacional de vendedores ambulantes, a *StreetNet* (criada em 1995). Para legalizar a categoria e enfrentar as políticas restritivas do poder político, o sindicato participa da luta para implantar “*shoppings* populares”, caracterizados pela concentração de vendedores ambulantes num espaço reconhecido pelos poderes públicos.

João, diretor do Sintein, também insere seu papel de líder sindical numa trajetória familiar de resistência, sobretudo pelo lado materno, mas ele parece ser o único dos irmãos que se engajou na luta. Ex-jogador de futebol e bom aluno, engajou-se nesse trabalho político particularmente arriscado quando sua carreira profissional se encontrava em seu ponto mais baixo. O engajamento político lhe proporcionou reconhecimento moral – cujo valor ele aprecia pela experiência familiar –, além de ter sido uma alternativa social e econômica. Ele recuperou essa herança familiar, a única que lhe restou.

João nasceu na cidade de Guaraçai, em São Paulo, de pai agricultor e mãe politicamente ativa contra o regime militar (em 1969, o casal participou da guerrilha do Araguaia, no Tocantins). Por pouco tempo, João tam-

³² Parte importante dos militantes chegou ao sindicato por esse caminho; o déficit de moradias em São Paulo é de cerca de 1 milhão de unidades.

³³ “Ação declaratória” apresentada no Supremo Tribunal Federal em favor do reconhecimento dos vendedores ambulantes como trabalhadores com direitos iguais aos dos trabalhadores assalariados registrados. Essa tática visa o reconhecimento jurídico da aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores “sem papel”, que por ora são “fora da lei” para a legislação.

bém conheceu o perigo. Retornou a Guaraçai em 1973 para cursar o ensino médio, enquanto seus pais estavam na guerrilha (eles se exilaram três anos em Cuba). Durante os estudos, João trabalhou no hospital de Guaraçai e tornou-se técnico administrativo. Na adolescência, jogou futebol no clube Guaraçatuba – que fazia parte do Flamengo –, graças a uma bolsa de estudos do banco Bradesco. Por medo da repressão, sua família de certa forma o abandonou e foram mecenas da cidade que se encarregaram dele. Em 1983, depois de um acidente, parou de jogar futebol e o banco o transferiu para São Paulo, onde tinha um cargo de contador. Em 1992, aos trinta anos, deixou o emprego de bancário para estudar medicina. Depois de muitos fracassos (tanto no curso preparatório quanto no vestibular), João perdeu as esperanças e começou a trabalhar como vendedor ambulante (segunda metade dos anos 1990) e a frequentar o sindicato. Ele assumiu a direção do Sintein em 2001, por meio mandato, após a CPI que levou à prisão de diversos vereadores e políticos e à morte de seis dirigentes e uma funcionária do sindicato; seu predecessor também estava ameaçado de morte. Talvez suas relações familiares (seus pais conheceram o Chefe da Casa Civil de Lula durante a guerrilha)³⁴ expliquem essa “nomeação”. Contudo, como a nova administração municipal não fez nada de novo em favor dos camelôs, João tentou reconstruir o sindicato, realizando ações pontuais, sociais e solidárias, além de ações jurídicas em favor de um estatuto para os trabalhadores informais³⁵. Ficou na presidência do sindicato até 2008; nesse período, desenvolveu diversos projetos econômicos e sociais, cooperativas de costureiras e de padeiros, serviço de intermediação para financiamento de habitações populares, serviço jurídico e *shoppings* populares, mas tudo isso é ameaçado pela degeneração das relações de solidariedade em clientelismo, como forma de sobrevivência da entidade. Tentativas de associação com uma ONG da África do Sul (*StreetNet*) e de criação de um mercado internacional de produtos oriundos da economia solidária fracassam por causa

³⁴ Exonerado do cargo em 2005, quando se descobriu o “mensalão”, um esquema que consistia no pagamento contumaz de propina a deputados para que aprovassem projetos do governo.

³⁵ O projeto de lei que José Eduardo Cardozo e Aldaíza Sposati apresentaram na Câmara Municipal de São Paulo para legalizar a atividade dos vendedores ambulantes que trabalham apenas com produtos nacionais não foi nem sequer discutido. Outros projetos de lei, em nível federal, objetivam o reconhecimento do direito dos trabalhadores informais à aposentadoria.

da corrupção. João e sua família sobrevivem graças à atividade de sua esposa, diretora de uma escola fundamental, e à venda de artesanato numa banca na avenida Paulista. Pressionados pela entrada, pesada ou leve, no mercado de proteção e engajados na luta ativa contra a corrupção, a posição dos dirigentes sindicais não é fácil.

Desde que chegou ao poder, o atual prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, tentou se notabilizar pela implementação da política “cidade limpa”: eliminar os onipresentes anúncios publicitários, mas também uma parte da “população de rua” (mendigos, moradores de rua e vendedores ambulantes de toda espécie). Para isso, mobilizou a Guarda Civil e a Polícia Militar de maneira maciça. Talvez por não dispor de contatos suficientemente eficazes para se beneficiar da “mercadoria política” como os outros, teve de tomar esse caminho.

O emprego doméstico

Em todo o país, a população de trabalhadores domésticos é de cerca de 6,5 milhões de pessoas³⁶, dos quais 130 mil na região metropolitana de São Paulo³⁷, e sobretudo de mulheres (95%). É uma das atividades femininas mais antigas e, recentemente, teve crescimento, sobretudo nos grandes centros urbanos: é uma das principais formas de emprego feminino em termos de volume. Em 2006, representava 17,5% da população feminina brasileira ocupada. Dentre elas, 61,8% são não brancas e 64% têm menos de oito anos de estudo (ensino médio incompleto)³⁸. O emprego doméstico é hoje um dos raros domínios de atividade acessíveis às mulheres com baixa escolaridade. Essa atividade heterogênea está se tornando cada vez mais profissional, em especial com o aumento da atividade feminina nas categorias socioprofissionais superiores. Ela participa de um processo de especialização quanto ao tipo de trabalho e depende de diversas redes sociais. O grau de autonomia ou dependência das trabalhadoras domésticas pode variar segundo a qualidade das redes de acesso ao emprego (patroas, colegas, vizinhos, conhecidos etc.), do tipo de relação conjugal ou de outras formas de solidariedade (entre gerações, matrilineares etc.). Os sindicatos, oriundos

³⁶ PNAD, IBGE, 2004.

³⁷ PME, IBGE, abr. 2006.

³⁸ Idem.

das antigas associações de trabalhadoras domésticas que se formaram em torno das comunidades eclesiais de base, contribuíram de forma significativa para uma forte institucionalização dos direitos trabalhistas das domésticas, especialmente a partir da Constituinte de 1988, que criou uma legislação específica para a categoria. Desde então, seus direitos são semelhantes aos dos outros trabalhadores, com algumas exceções. Esse processo de formalização, como a diminuição do número de trabalhadoras que dormem no emprego, contribui para a criação de um novo quadro de referência das trabalhadoras. Por um lado, pode influenciar a maneira como as domésticas lidam com a diferença social das empregadoras; por outro, uma infinidade de situações de trabalho individuais muito diferentes convivem com um quadro legal nacional, sem formas ativas de mediação institucional.

Assim, a questão da representação sindical das empregadas domésticas levanta o problema do reconhecimento de seu “profissionalismo”³⁹. Em vários casos, as trabalhadoras, sobretudo as mais jovens, apresentam sua atividade como uma situação temporária, uma extensão de suas funções maternas e familiares, independentemente de sua efetiva maturidade na vida. As militantes pertencem à geração mais antiga, são solteiras e frequentemente negras, com um conteúdo de atividade muito diferente da geração atual; muitas trabalharam a vida inteira numa mesma casa de família. O sindicato encontra sérios problemas para se renovar, pois não há jovens militantes. Além disso, ele contribui para essa situação, oferecendo uma espécie de “serviço público”, isto é, segundo a procura, em geral para resolver litígios.

A primeira associação de trabalhadoras domésticas foi fundada em 1936 em Santos. A associação das domésticas da cidade de São Paulo data de 1962 e transformou-se em sindicato (Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, STDMSP) no fim dos anos 1980, no bojo do processo de redemocratização. É filiado à CUT desde 1998. Trata-se de um sindicato “único” da categoria na cidade e foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 1990. Instalado numa pequena casa de dois andares num bairro central – doação de uma ex-empregada doméstica –, o sindicato garante sua manutenção com a contribuição mensal de 5 reais de suas 2 mil associadas. Isso lhes dá acesso a uma colônia de férias,

³⁹ Robert Cabanes e Isabel Georges, “Savoirs d’expérience, savoirs sociaux...”, cit., p. 189-215.

assistência jurídica e intermediação de trabalho. Uma vez por mês, o sindicato faz uma reunião aberta. Em 2006, ofereceu cursos noturnos de formação (supletivo de ensino médio e/ou profissional, assistência materna, culinária etc.) e cidadania, em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As militantes do sindicato – no total, cinco – são todas voluntárias, ex-empregadas domésticas aposentadas, todas da geração anterior. Nasceram em sua maioria no interior do estado e começaram a trabalhar muito jovens; trabalharam toda a vida para uma mesma família. A atual presidente tem 73 anos e está no cargo desde 2005. Nasceu em Minas Gerais e veio para São Paulo com os pais aos 14 anos, idade em que começou a trabalhar como empregada doméstica. Trabalhou 42 anos para uma mesma família. Chegou à direção do sindicato depois de nove anos como funcionária. O sindicato está autorizado a rescindir contratos de trabalho para permitir que a empregada reivindique seus direitos sociais, como o pagamento de indenizações.

Conclusão: três figuras da representação coletiva

Embora no conjunto dessas três figuras “atípicas” de representação coletiva a distância social entre os representantes e os trabalhadores seja quase inexistente e a atividade sindical dificilmente se imponha como possibilidade de “carreira” profissional, essas atividades de representação formam um novo campo de atuação e criação de trabalho e renda. Por ser pouco remunerado, o reconhecimento moral e certa forma de identidade coletiva podem constituir seu principal benefício. A análise dessas figuras faz sentido por seu significado para os próprios sindicalistas, apesar de ser um produto da globalização, de um conjunto de atores, com práticas em contextos de relações profissionais nacionais, regionais e locais, e das imbricações entre essas diferentes escalas de análise.

Nessa perspectiva, aparecem funções sociais diferentes, mas não necessariamente ligadas ao grau de formalidade do trabalho: o *telemarketing*, como setor de atividade, nasceu da liberalização internacional dos mercados e é fruto dos processos de privatização e de desregulamentação desses mercados. A natureza da atividade, isto é, a dissociação entre o local de realização do trabalho e o fornecimento do serviço é outra dimensão dessa nova divisão internacional do trabalho inscrita em relações de dominação entre o Norte e o Sul. Não obstante, trata-se de uma atividade de acesso relativa-

mente fácil, que pode representar uma oportunidade para trabalhadores que frequentaram a escola (segundo grau completo). O sindicato dos trabalhadores do setor de *telemarketing*, muito novo e dinâmico, luta pela profissionalização da atividade e ao mesmo tempo pelo reconhecimento clássico de seus direitos e por melhores condições de trabalho. A busca por valorização e profissionalização aproxima-os de certa maneira da demanda dos patrões por formação e reconhecimento profissional, mas ao mesmo tempo os opõe no que diz respeito aos frequentes abusos destes últimos contra a legislação do trabalho. Esses abusos são facilitados justamente por uma regulamentação ainda em elaboração, assim como pela não definição de categoria profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Outro problema que esse sindicato encontra em sua atividade cotidiana é a instabilidade tanto das empresas, com suas fusões e reorganizações frequentes, quanto dos próprios trabalhadores, que mudam constantemente de emprego e chegam a acumular diversas situações de trabalho e formas de contrato⁴⁰. Como no setor de *fast-food* na França⁴¹, a rotatividade extrema desses assalariados torna difícil qualquer adesão sindical; do mesmo modo, a multiplicação de terceirizações e a dificuldade de identificar responsáveis torna problemática a intervenção sindical e a aplicação da legislação do trabalho. Como Richard Hyman, podemos concluir que esse sindicato assume essencialmente o papel de negociação das condições de trabalho e emprego⁴².

Em razão sobretudo da aparente autonomia dos camelôs, o sindicato dos trabalhadores da economia informal encontra outro tipo de tensão, que ultrapassa a simples defesa de uma categoria particularmente exposta. Apesar de não ter horários de trabalho e (em princípio) não prestar contas a ninguém, os camelôs trabalham muitas vezes para alguém que se preparou para obter a proteção necessária ao exercício da profissão e obriga os outros a pagar por ela – o que não protege necessariamente o camelô das expulsões das vias públicas, do confisco de mercadorias e das multas. Trata-se, de fato, de uma categoria emblemática da imbricação entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, que caracteriza esse setor extremamente

⁴⁰ Isabel Georges, “Relations salariales et pratiques d’insertion...”, cit.

⁴¹ Paul Bouffartigue, “Précarités professionnelles et action collective. La forme syndicale à l’épreuve”, *Travail et Emploi*, n. 116, out./dez. 2008, p. 33-43.

⁴² Richard Hyman, *Understanding European Trade Unionism. Between Market, Class and Society* (Londres, Sage Publications, 2001).

heterogêneo. Os problemas que o sindicato enfrenta estão ligados à política macroeconômica nacional, à dinâmica da globalização da economia no que diz respeito tanto às mercadorias quanto aos homens (pela criação de novos excluídos do mercado formal de trabalho, que encontram uma forma de reinserção nas atividades informais) e à política econômica de proteção (ou não) dos mercados.

Essa é uma parte significativa de um novo tipo de relação e fluxos internacionais de pessoas, uma das facetas da globalização em suas diversas escalas. No nível político local, o desenvolvimento dessa atividade lícita/ilícita revela e alimenta um modo de funcionamento clientelista e cria outros circuitos em crescimento exponencial, como o mercado de proteção⁴³. Este repousa naquilo que muitos chamam de “mercadoria política”, isto é, uma troca de apoio político e proteção que permitiria o exercício de uma atividade econômica. No entanto, essa troca nunca é direta: começa no camelô, passa por intermediários de empresas/equipes de segurança, por sindicatos e associações de camelôs, pelas administrações da polícia comum, por vereadores, e chega então ao “poder”, que concede o direito de exercer a atividade. Em cada etapa – que não segue necessariamente essa ordem –, o dinheiro circula sempre no mesmo sentido e sua fonte é o camelô. A atividade sindical consiste em procurar ilhas alternativas independentes (cooperativas, *shoppings*), uma estratégia derrotada de antemão, sem outro efeito além do “pedagógico”. A verdadeira luta contra as condições de produção desse amplo setor de atividade implica uma verdadeira guerra, até com mortes – o que não é necessariamente o objetivo dos atuais dirigentes do sindicato. A procura por apoio internacional – como a associação do Sintein com uma ONG sul-africana – é ainda incipiente. De certo modo, a atividade militante dos sindicalistas pode ser compreendida por meio desse reconhecimento “moral”; sua atividade como “empreendedores da moral” (conceito emprestado de Howard S. Becker) consistiria então em trabalhar pela defesa da legitimidade dessa atividade (tanto num sentido como no outro).

⁴³ “No entanto, é difícil distinguir onde há cooptação e onde há apenas mais um mercado ilegal, que transaciona mercadorias políticas e, como tal, não se distingue de nenhum outro mercado ilegal, a não ser pelo fato de que ‘oferece’ uma mercadoria muito especial, constituída de relações de força e poder ou extraída simplesmente da autoridade pública, como uma fração privatizada e mercantilizada da soberania do Estado” (Michel Misse, “Mercados ilegais, redes de proteção e organização do crime no Rio de Janeiro”, *Estudos Avançados*, n. 61, 2007, p. 142).

O sindicato das trabalhadoras domésticas é em princípio um espaço de sociabilidade para suas filiadas e oferece uma espécie de serviço público. Se esse modo de funcionar contribui para mudar a relação das domésticas com sua atividade e seu quadro de referências⁴⁴, ele não resolve, entretanto, o grave problema do envelhecimento de seus militantes e do não reconhecimento da categoria profissional pelos trabalhadores das novas gerações urbanas. Como no setor da limpeza na França⁴⁵, a individualização das relações de trabalho e o desmoronamento das situações de trabalho é grande e, em parte por causa do baixo nível educacional dos trabalhadores; o sindicato intervém principalmente em situações contenciosas. Essa situação caminha *pari passu* com uma regulação centralizada e ampla (no nível do Estado, por determinação da Constituição de 1988) e pouco aplicada na prática. Esse sindicato assumiu mais uma função de busca de integração na sociedade (de trabalhadoras domésticas negras e pardas à procura de reconhecimento como cidadãs) do que uma reivindicação de seu profissionalismo, embora esse setor tenha conhecido certo dinamismo após a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, o sindicato, que representa somente um quarto das empregadas domésticas (parte do emprego formal), não procura politizar suas filiadas, funcionando de modo autoritário. Intervém como agente de formalização na regularização de contratos de trabalho e na relação com o empregador. A prática sindical dessas categorias sociais tão modestas dificilmente será um fermento de mobilidade social ou de carreira política profissional, ao contrário das centrais sindicais estabelecidas.

⁴⁴ Dominique Vidal, “*Les bonnes de Rio...*”, cit.

⁴⁵ Jean-Michel Denis, “Conventions collectives: quelle protection pour les salariés précaires? Le cas de la branche du nettoyage industriel”, *Travail et Emploi*, n. 116, out./dez. 2008, p. 45-56.

Georges Isabel, Ferrone F. (trad.).

Trabalho informal e representação sindical.

In : Cabanes Robert (ed.), Georges Isabel (ed.), Rizek C. (ed.), da Silva Telles V. (ed.). Sairas de emergência.

Sao Paulo : Boitempos, 2011, p. 135-152.

(Estado de Sitio). ISBN 978-85-7559-182-6